

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002947-73.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Espécies de Títulos de Crédito**  
 Requerente: **NFA - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**  
 Requerido: **ABEL ANTONIO GAMA OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora NFA- Comércio Importação e Exportação de Produtos de Informática propôs a presente ação contra o réu Abel Antonio Gama Oliveira, alegando ser credora deste na importância original de R\$ 20.000,00, decorrente de venda de equipamentos, pedindo a citação do réu para pagar a referida quantia devidamente acrescida de atualização monetária e juros de mora, sob pena de conversão do mandado inicial em mandado executivo.

O réu foi citado às folhas 90, contudo não ofereceu embargos monitórios (folhas 91), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito porque impertinente a dilação probatória, ante a não oposição de embargos, nos termos do artigo 1.102-C do Código de Processo Civil.

Os documentos colacionados pela autora às folhas 15/29, comprovam a venda do equipamento e a ausência de contestação faz presumir verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que o equipamento foi entregue e o réu encontra-se inadimplente.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, constituindo de pleno direito o título executivo judicial no valor de R\$ 24.178,00, convertendo o mandado inicial em mandado executivo,

**1002947-73.2014.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

com atualização monetária e juros de mora devidos a partir do ajuizamento da ação. Condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de novembro de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**